



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 006/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2022**

Que entre si celebram o **Município de São José das Palmeiras**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJMF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a Empresa **IRMÃOS SCHONS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.186.884/0001-37, estabelecida na Rod. PR 495, s/n – Parque Industrial 4 – Pato Bragado/PR, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. MARCIO SCHONS, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 7.226.386-3 SSP/PR e CPF nº 049.148.429-12, residente e domiciliado na Rua Planalto, 1245 – Bairro Bragadense – Pato Bragado- PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

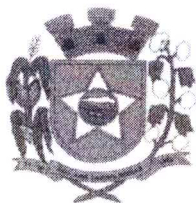
Cláusula Primeira - Do objeto - **Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamento (s) agrícola (s) (duas carretas forrageiras basculantes), conforme Convênio nº 927379/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para atender a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR.**

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº **067/2022**, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira é de **R\$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais)**. A (s) fatura (s) deverá (ão) ser (em) protocolada (s) com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) conforme repasse do Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nos termos do Convênio nº 927379/2022, Processo nº 21000.031157/2022-71 e contrapartida Municipal, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. 6) Certidão Negativa de débitos trabalhistas. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscal (is) deverá (ão) ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com.

Parágrafo Segundo - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Quarta – A Contratada é obrigada a conceder à Contratante livre acesso aos documentos e registros contábeis da Empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

Cláusula Quinta – Do prazo, duração, condições e local de entrega. **O prazo de entrega do equipamento será de 60 (sessenta) dias** a contar do recebimento da ordem de compra e a vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado pela Administração.

Parágrafo Primeiro: Os equipamentos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: O(s) equipamento(s) deverá(ão) possuir garantia mínima do fabricante.

Parágrafo Terceiro: Só serão aceitos os fornecimentos de equipamentos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

Clausula Sexta - do crédito orçamentário - As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	3590	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2022	3602	08.002.20.606.0010.1076	796	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cláusula Sétima - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Oitava: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Nona: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Décima: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo Servidor Sr. **Douglas de Alencar Colombelli**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima Primeira – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda- Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José da Palmeiras, 06 de fevereiro de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



NELTON

BRUM:84050

209934

Assinado de forma
digital por NELTON
BRUM:84050209934
Dados: 2023.02.07
10:23:12 -03'00'

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Nelton Brum
(Contratante)

MARCIO

SCHONS:04

914842912

Assinado de forma digital por:
MARCIO SCHONS:04914842912
DN: cn=BRL, o=ICP-Brasil,
ou=Presencial, ou=40312993000151,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil, ou=RS, ou=RS-e-CNPJ, cn=,
ou=tembranco, cn=MARCIO
SCHONS:04914842912
Dados: 2023.02.07 10:14:22 -03'00'

IRMÃOS SCHONS LTDA

Marcio Schons
(Contratada)

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2022.**

OBJETO: aquisição de equipamento (s) agrícola (s) (duas carretas forrageiras basculantes), conforme Convênio nº 927379/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para atender a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: IRMÃOS SCHONS LTDA

VALOR: R\$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais) até término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 06 de agosto de 2023.

São José das Palmeiras, em 07 de fevereiro 2023.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal